

XXVII CONGRESSO DA APEOESP



Prof. João Felício



1,2e3
SETEMBRO 2023
PIRACICABA

APEOESP unida, presente nas escolas, em defesa dos direitos dos professores e das professoras e por uma educação pública, gratuita, laica e de qualidade

www.apeesp.org.br

PELA GARANTIA DOS DIREITOS DOS ESTUDANTES DA ESCOLA PÚBLICA ESTADUAL

Basta de exclusão!

O Estado precisa garantir busca ativa e rede de acolhimento.

A anunciada decisão do secretário da Educação, Renato Feder, de expulsar da rede estadual de ensino estudantes que acumulem 15 faltas consecutivas é um inaceitável e criminoso ataque aos direitos das crianças e jovens, à Educação pública e à cidadania.

Essa atitude demonstra o descompromisso do governo Tarcísio/Feder que decidiu culpabilizar e punir os estudantes pelas consequências de políticas de desmonte da educação pública às quais dá continuidade, ampla e profunda.

Excluir estudantes com acúmulo de faltas é desconhecer os drásticos efeitos da má condução da educação estadual no período da pandemia – que deixou muitos milhares de em situação de profundo déficit de aprendizagem. Ignora ainda o caráter excludente do Programa de Ensino Integral (PEI), que não propicia a frequência dos estudantes trabalhadores, força transferências para escolas distantes, provoca superlotação nas demais unidades e o fechamento do noturno, entre outros efeitos. Finalmente, desconhece que o projeto político-pedagógico imposto pela SEDUC às escolas, baseado na digitalização aligeirada e fragmentária do conhecimento, não atende aos interesses educacionais da juventude e a afasta da escola pública. Ao mesmo tempo em que ameaça expulsar os estudantes, este governo continua a fechar classes no período noturno, ampliando a exclusão.

De nada adianta a argumentação do secretário da Educação de que a exclusão dos estudantes se dá após a realização de busca ativa, se esta se limita a procedimentos burocráticos e se o Estado não oferece a esses estudantes e suas famílias as condições necessárias para a permanência na escola.

Exigimos da SEDUC que cancele imediatamente qualquer procedimento de expulsão e, ao mesmo tempo, que desenvolva um projeto de acolhimento desses estudantes na rede estadual de ensino, em conjunto com conselhos tutelares, Conselho Estadual da Juventude, Grupo Especial da Educação do Ministério Público Estadual e outros órgãos e instituições governamentais e da sociedade civil afetas ao problema.

É necessário que o Estado desenvolva uma ampla campanha social voltada aos estudantes e suas famílias, que realize um convite afetuoso e efetivo para o retorno dessas crianças e jovens às escolas, criando uma verdadeira rede protetiva.

Muitos estudantes deixam de estudar porque precisam trabalhar para complementar a renda familiar. Nesses casos, o Estado precisa criar as condições para que esse jovem possa voltar aos estudos, por exemplo, oferecendo-lhes uma bolsa. É preciso garantir, também, alimentação adequada em todas as escolas, pois um grande contingente de estudantes, sobretudo crianças, têm na unidade escolar sua única refeição nutritiva. O Governo do Estado precisa reabrir as classes do período noturno em todas as escolas, para que os estudantes trabalhadores possam se matricular em unidades próximas de suas residências. Sobretudo, é necessário que todas as escolas sejam atrativas, com condições estruturais adequadas e projeto político pedagógico que atenda os interesses dos estudantes.

É assim, e não com exclusão e autoritarismo, que o Estado de São Paulo cumprirá sua obrigação constitucional de oferecer educação pública de qualidade para a população paulista.

Piracicaba, 1, 2 e 3 de setembro de 2023.
XXVII Congresso Estadual da APEOESP